

MEDIAÇÕES CULTURAIS NO ALÉM-MAR: o padre Mamiani e os usos da língua kiriri nas brenhas dos sertões

Ane Luíse Silva Mecenias Santos ¹
(UNISINOS/UNIT)

Resumo: Desde os primeiros anos do processo de conversão, os padres da Companhia de Jesus sistematizaram textos que possibilitariam a comunicação com os gentios. À medida que a catequese foi realizada com povos que não falavam a língua geral, novos instrumentos foram produzidos. Por isso, ao final do século XVII, fez-se necessário organizar para publicação uma gramática e um catecismo Kiriri. Esses dois documentos apresentam os indícios e os rastros do processo de mediação cultural ocorrido no sertão da América portuguesa. Em meio à normatização da língua oral, pelo filtro da gramaticalização latina, é possível perceber também o mundo indígena, em especial os costumes que causavam estranheza aos padres durante seu período de observação. O presente artigo busca analisar esses dois documentos, identificando os métodos de normatização da língua Kiriri.

Palavras-chave: jesuíta, Kiriri, Catecismo, Gramática, América portuguesa.

Abstract: Since the early years of the conversion process the priests of the Society of Jesus systematized texts that would enable communication with the Gentiles. While catechesis was being held with people who did not speak the language generally new instruments were produced. So in the late seventeenth century grammar and catechism were published Kiriri. These two documents provide the evidence and traces of cultural mediation process occurred in the backwoods of Portuguese America. Amid the normalization of oral language by Latin grammaticalization filter is also possible to realize the indigenous world. The habits that caused the strangeness priests during his observation period. That were, this article seeks to analyze these documents identifying the methods of standardization of the language Kiriri.

Keywords: JesuitKiriri, Catechism, Gramatica, PortugueseAmerica.

Ulisses é aquele que viu e que sabe porque viu, indicando, de imediato uma relação com o mundo que é o cerne da civilização grega: o privilégio do olho como modo de conhecimento. Ver, ver por si mesmo e saber é uma só coisa. (HARTOG, 2004, p. 14)

Hartog, no seu livro *Memórias de Ulisses*,² traça um perfil do viajante, daquele indivíduo que desenvolveu a habilidade de olhar. Um sentido caro a quem transita por outras paragens, o qual, mesmo distante do mundo conhecido, flerta com o que lhe é estranho e, ao mesmo tempo, se torna comum. A habilidade de saber olhar e, não simplesmente ver, é quase um dom no mundo do conhecimento. Essa construção do saber também delinea as fronteiras das diferenças e constrói as identidades do seu mundo. Ulisses seria, para além do viajante na constante busca pelo retorno, um homem-memória.

Como o homem-memória, muitos outros escreveram narrativas ao longo dos tempos e em diversos suportes documentais. Andarilhos que constroem seus textos na

constante busca pelo retorno à materialização da memória. É a hábil capacidade de olhar que permite a confluência dos sentidos. Na construção das narrativas das memórias, estas viagens, às vezes, podem evocar o retorno ao lar, ambiente de tranquilidade, fruto e herdeiro das paredes que o resguardam.

Ao longo do processo de colonização, muitos desempenharam a função de homem-memória, ao registrar os feitos, ao narrar as conquistas e ao descrever as paisagens³. Distantes do mundo europeu, as penas filtravam o olhar do estrangeiro acerca da América, que, por isso, foi descrita com estranhamento e admiração.

A comunicação se tornava necessária. Serviu como instrumento de controle por parte da estrutura burocrática do Antigo Regime, bem como estratégia de benesses por parte dos súditos do rei. O volume documental produzido, quer sejam eles alvarás, cartas e/ou diários de viagem ao Novo Mundo, se descortina perante a tessitura do velho continente e nos permite conhecer muitos homens-memória. Cada linha escrita nesses registros, além da descrição do que era visto, carrega em suas marcas os mundos do escritor.⁴

Pela seleção da escrita, as narrativas acerca do Novo Mundo foram tecidas. Não apenas no mundo burocrático da corte, mas nos bastidores da fé. Nesse ensejo, uma vasta escrita, voltada a “adaptar” os mecanismos de conversão dos indivíduos que viviam na América, foi produzida⁵. Dentre esse vasto e variado corpus documental, podemos nos deparar com um significativo número de catecismos e de gramáticas que passaram a ser elaborados pelos membros das mais diversas ordens. Esse significativo número de publicações, envolvendo a normatização das línguas indígenas para o modelo latino, reflete a diversidade de povos e, conseqüentemente de costumes, conforme aponta Daher:

(...) as operações de dicionarização e de gramaticalização das línguas indígenas não são apenas fundamentos de estratégias catequéticas, são elas mesmas determinadas teologicamente, ratificação evidente do princípio unitário da verdade divina profunda frente à multiplicidade superficial das línguas humanas, desde a dispersão da língua adâmica no mundo.⁶

Uma das necessidades que se estabeleceu estava pautada na questão do conhecimento. Fazia-se necessário o contato estabelecido pela língua. Para possibilitar a normatização do língua oral dos índios para o modelo de sistematização da escrita, muitos padres foram encarregados dessa missão. A efetivação da colonização exigia a necessidade de domínio do espaço e do outro. Conhecer o lugar era condição *sine qua non* para o êxito da

ação. E nessa conquista pelo espaço era imprescindível a formação de alianças. Para Cristina Pompa:

A atividade missionária, vista não apenas como prática constitui um ponto de partida privilegiado para a elaboração de um método histórico-crítico que pode enriquecer a leitura antropológica do religioso a partir da situação oposta e especular: a leitura religiosa da cultura.⁷

A dinâmica de povoação da América Portuguesa foi efetivada, primeiramente, com a ocupação do litoral. Nesse momento inicial, uma língua geral foi instituída, a língua que deveria ser falada na costa e que, a partir de um tronco linguístico, deveria “unificar” os povos. O mesmo não se deu no sertão, região habitada pelos tapuias, índios bravios e que, portanto, não haviam sido catequizados e falavam a língua geral.

Após a expulsão dos holandeses das capitânicas do nordeste, ao final da primeira metade do século XVII, tornou-se imprescindível fincar raízes nos caminhos de dentro⁸. E, assim, avançar rumo aos sertões. Conforme aponta o documento do conde Teles, assinado na cidade de Lisboa em 13 de novembro de 1686:

(...) representam que as ruínas daquela capitania com a invasão dos holandeses foram tão lamentáveis que ainda hoje padeciam suas memórias com pobreza muito conhecida e lhes era impossível acudir a fábrica da sua matriz e a fundação de um colégio dos religiosos da Companhia de Jesus, cuja assistência era sumamente necessária, tanto para o bem das almas, que viviam espalhadas no interior dos sertão daquela capitania, com para o ensino de seus filhos, de cuja graça os fazia merecedores a lealdade em que haviam dado o sangue e o gasto sua fazenda no serviço de Vossa Majestade.⁹

Todavia, a normativa de instrumentos linguísticos não ficou restrita aos domínios portugueses na América, pois se fez presente na dinâmica própria do Império português. Também após a expulsão holandesa dos domínios da África é possível constatar uma “corrida” aos sertões e a ampliação dos domínios nessas localidades.

Após as lutas da Restauração, as terras localizadas ao sul do Rio São Francisco estavam destruídas, razão pela qual foi empreendida uma nova política de colonização da área localizada no sertão. Dessa forma, para o êxito da colonização nos “caminhos de dentro”¹⁰ empreendida ao longo da segunda metade do século XVII, tornou-se fundamental encontrar novas formas de comunicação para conhecer o espaço e, assim, efetivar o projeto de conquista. E foi nesses novos caminhos que um grupo de “novos” sujeitos históricos, os Kiriri, foi contatado. Conforme Dantas, os Kiriri são “índios que formavam importante grupo linguístico cultural do Nordeste brasileiro, cujo habitat se estendia desde o Paraguassu e o rio

de São Francisco até o Itapirucu, afastado da linha da costa, domínio dos povos de língua Tupi”¹¹. Almeida também faz referência ao grupo: “Do tronco linguístico macro-jê e habitantes do sertão do São Francisco, os kariris tiveram seus costumes descritos por jesuítas e capuchinhos (...)”¹².

A instrumentalização do processo de conversão destes indígenas se deu a partir da elaboração de uma gramática¹³ e de um catecismo¹⁴ em língua Kiriri, com a finalidade de facilitar a comunicação e assessorar os padres durante o processo de conversão. A gramática e o catecismo constituem-se, por isso, em fonte primordial para analisar as práticas de conversão utilizadas pelos padres da Companhia de Jesus nas aldeias do Kiriri. Organizados para publicação pelo padre Mamiani, um homem-memória na acepção de Hartog, nestas obras encontramos registrado o “estranhamento” em relação ao que viu e ouviu. Vale lembrar que Mamiani, por ter domínio da língua do outro, ocupa o espaço bilíngue.

O papel do bilíngue na sociedade colonial é o do indivíduo que ocupa a zona do hiato entre dois mundos sociais, representado nas suas maneiras de falar, tornando-se o elo entre mundos e desempenhando um papel social para as duas sociedades de que fala. É preciso também lembrar que as formas de comunicação operadas pelo bilíngüe operam nas misturas, criando uma “linguística de contato” incorporada às formas de fala.¹⁵

De acordo com Leite¹⁶, Mamiani nasceu na cidade de Pésaro, Itália, no dia 20 de janeiro de 1652. Tornou-se membro da ordem quando tinha 16 anos, em abril de 1668. Embarcou para o Brasil em 1684. Tinha com destino a missão do Maranhão, contudo, foi enviado para a aldeia do Geru, na Capitania de Sergipe Del Rey, já nos limites com a Bahia. Nesse aldeamento, atribui-se a ele a fundação do templo votivo a Nossa Senhora do Socorro. Organizou e publicou as obras Catecismo Kiriri e Arte da Gramática Kiriri, mas sua atuação na *Terra Brasilis* não durou muito tempo, pois, em 1701, retornaria ao Velho Continente. Posteriormente, tornou-se Procurador em Roma e lá viveu até a seu falecimento em 8 de março de 1730.

As duas obras organizadas por Mamiani foram publicadas pela Officina de Miguel Deslandes, um francês, naturalizado português e que, desde 1687, tornou-se impressor real¹⁷. Durante a segunda metade do século XVII, sob o selo dessa tipografia, foram publicadas dezenas de obras da Companhia. Dentre os livros impressos, sete deles foram de autoria do padre Antônio Vieira.

É importante destacar que nesse período foram publicadas duas gramáticas, uma em língua Kiriri e, a outra, em língua Angola. Assim como o Brasil, Angola também foi

invadida pelos holandeses na primeira metade do século XVII. E, no processo de reconquista das antigas colônias na América e na África, a Companhia de Jesus ficou encarregada de normatizar a língua nestes domínios coloniais portugueses. Conforme aponta Batista:

(...) os jesuítas estavam inseridos em um processo no qual línguas das Américas, da África e da Ásia foram aprendidas num momento que ficou conhecido, posteriormente, como de expressiva publicação de obras referentes às línguas das terras colonizadas por nações europeias a partir das Grandes Navegações.¹⁸

A gramática elaborada por Mamiani é composta por duas partes. Mas antes do texto, há uma parte dedicada ao leitor, na qual são apresentadas as Advertências e, de forma sucinta, o objetivo da publicação. Em seguida, são elencadas as Licenças de publicação da Ordem, do Santo Ofício e do Paço. A gramática foi dividida em duas partes. A primeira é dedicada às questões de ortografia, pronúncia, declinação dos nomes e conjugação dos verbos. Todas essas questões foram transformadas em capítulos, formando sete ao todo.

O capítulo I serve como uma introdução, na qual são apresentadas as letras que são utilizadas na língua Kiriri e sua pronúncia. A preocupação do autor é destacar que não há ditongos nessa língua. E, seguindo, apresenta o capítulo II, intitulado “Dos gêneros, números e casos de nomes”, no qual Mamiani aponta:

Os nomes nesta língua não tem propriamente distinção de gênero, ou números, ou casos, mas o mesmo nome sem mudança serve de ordinário ao gênero masculino e feminino, ao número singular, plural, e em todos os casos.¹⁹

Além dos nomes não apresentarem distinção, os verbos também não têm “diversidade alguma”²⁰ e não se distinguem na conjugação. O foco da primeira parte da gramática é a palavra, analisada isoladamente. Ao longo do texto são apresentados vários exemplos de utilização dos termos e há um pequeno glossário, dividido pelos capítulos, com verbos e substantivos.

A segunda parte recebeu o título de “Da syntase, ou construção das oito partes da oração”, cujas partes são: nome, pronome, verbo, participação, preposição, adverbio, interjeição e conjunção. Nesses capítulos, Mamiani busca sistematizar um conjunto de regras semelhantes ao modelo latino de gramática para língua Kiriri.

A gramática “Arte e Língua Angola” foi organizada pelo padre jesuíta Pedro Dias²¹, que elaborou a normativa da língua quimbundo na Bahia²². Essa gramática não se

encontra dividida de forma sistemática como a de Mamiani e sua explicação é simplificada, além de não contar com o glossário de palavras. Possivelmente, por não ter vivido na África e não ter elaborado o registro *in loco*, a sua obra não possui um espaço dedicado ao leitor, como podemos encontrar na gramática e também no catecismo de Mamiani.

Na documentação consultada, não foi possível encontrar informações sobre como o referido padre aprendeu o Kiriri. Serafim Leite aponta a existência de um manuscrito elaborado pelo padre João de Barros, no período em que esteve como Superior na aldeia de Canabrava. Sabe-se que a função desempenhada pelos manuscritos nos tempos modernos é debatida por alguns estudiosos, que tentam compreender o papel dos manuscritos mesmo após a difusão da imprensa, bem como o papel que a escrita desempenha nas regiões de fronteira, como destaca:

Gracias a esta escritura los enlaces y relaciones entre diversos sitios del globo se aceleran en el momento en que los centros metropolitanos europeos envían a sus miembros a lo largo y ancho del mundo para recolectar mitos, 'supersticiones', datos linguisticos, espécimes de animales y plantas, gomas, minerales, se dibuja y se anota, se mide y cuantifica, se arman esquemas y se otorgan nombres.²³

Em seu texto, Ivone Del Valle refere-se ao século XVIII e às áreas de fronteira da América espanhola para construir a tese de que nesses espaços as trocas simbólicas estabelecidas entre missionários jesuítas e indígenas constituem a trama cultural e definem a produção de conhecimento sobre o Novo Mundo. Para Del Valle, os escritos revelam a formação de uma rede de circulação dos conhecimentos extremamente significativa, na qual os jesuítas passam a ser os atores do processo de difusão dos estudos de linguística e de investigação científica do século XVIII.

No século XVII, por sua vez, Mamiani evoca também as experiências acumuladas, ao ressaltar a experiência de vinte e cinco anos dos “religiosos da Companhia desta Provincia do Brasil” nos sertões do Brasil. A ação dos jesuítas junto aos Kiriri teve início nos idos de 1666, na aldeia de Natuba. No ano seguinte, foi inserido um novo aldeamento, Canabrava. E, por volta de 1691, efetivou-se a atuação em Saco dos Morcegos e, por fim, em 1683 no Geru.

Os contatos estabelecidos entre os padres que viveram nesses aldeamentos e a circulação de informações e de conhecimentos sobre as populações indígenas que neles viviam podem ser observados quando analisamos as licenças da Ordem para publicação. No catecismo há três licenças. A primeira é assinada pelo jesuíta Antônio de Barros, que, além de sua assinatura, também apresenta o local em que preparou seu parecer para publicação, a

aldeia de Canabrava. O outro padre é João Matheus Falletto, que se encontrava na aldeia do Geru ou missão de Nossa Senhora do Socorro. E o terceiro a autorizar a impressão é o Provincial da Companhia, Padre Alexandre de Gusmão, que assina do colégio da Bahia.

Outro ponto curioso acerca das licenças refere-se à importância que os padres atribuem à obra. Para Antônio de Barros, o catecismo iria beneficiar as “almas, com que poderão agora ser melhor doutrinadas nos mysterios”. Para João Matheus Falletto, a obra não feria os bons costumes e só iria facilitar a instrução e a salvação das almas por parte dos missionários. Já o Provincial, autoriza a impressão, não pelos fins que a mesma iria atender, mas por ter sido avaliada e respaldada pelos outros padres especialistas na língua. Sua licença é semelhante à atribuída a Arte da Língua de Angola, do padre Pedro Dias. E com relação à publicação em língua Angola, é curioso também observar que todas as licenças foram elaboradas por jesuítas que se encontravam no colégio da Bahia.

Ao compararmos as licenças das gramáticas, podemos observar a repetição da autorização do provincial Alexandre de Gusmão, com os mesmos termos e assinada na mesma data, 27 de junho de 1697, apenas com a alteração, do nome da obra. O padre João Matheus Falletto também apresenta uma licença para a publicação da gramática, com pequenas passagens que foram publicadas no catecismo e suprimidas na versão da “Arte”. A diferença se faz presente na terceira licença dada pelo Padre Joseph Coelho, do seminário de Belém, localizado em Cachoeira, Bahia. O referido jesuíta salienta os dezenove anos que viveu junto aos índios Kiriri e apóia a publicação pela contribuição que a mesma proporcionaria aos missionários na “salvação daquelas almas”.

Os indícios do processo de aprendizado do Kiriri pelo padre Mamiani podem ser constatados nas Advertências ao leitor, onde ele descreve a importância da obra e a dificuldade em organizá-la. O trabalho se tornou árduo por conta da dificuldade de pronúncia, que gerava discordância entre os próprios padres. Esse ponto pode ser confirmado na licença de publicação do padre João Matheus Falletto, quando ele afirma que o catecismo apresentava a propriedade da língua no que era humanamente possível, visto que a “pronúncia bárbara, & fechada” dificultava o entendimento. Por isso, para o autor, a obra não é perfeita, contudo, fazia-se necessário a publicação, pois o mérito estava na normatização básica para o estabelecimento da comunicação. Essa é a justificativa apresentada pelo padre para a elaboração de um catecismo bilíngue. Com frases em Kiriri e em português Mamiani, defende a tese de que o leitor teria maior facilidade em aprender a língua indígena, fosse ele um padre ou qualquer outra pessoa:

Ajuntei neste Catecismo a significação Portugueza correspondente à fraze da língua Kiriri por duas causas. A primeira, para que os novos Missionarios por essa via vendo os exemplos na língua, e o modo de falar, e assim aprender mais depressa a língua. A segunda causa he, porque se acaso este livrinho vier às mãos de quem não sabe a língua Kiriri, se aproveite tambem dele, ou para aprender os mysterios, ou para os ensinar com esse método aos filhos, escravos e outros de sua obrigação.²⁴

Para ele, a importância da obra era poder “administrar o remédio” ao gentio, e mesmo na ausência de um padre, os índios pudessem aprender o que era mais importante, os mistérios, pois, assim, um indivíduo que não fosse religioso, de posse do catecismo poderia ensinar o método para seus filhos, seus escravos e todos pelos quais fosse responsável.

Ao lermos a obra, percebe-se o método de aprendizagem empregado por Mamiani. Ao ouvir cada palavra, ele anotava a pronúncia e o significado. Entretanto, o método só alcançou êxito, pela constante comunicação com outros padres e com os índios. Esse é um ponto de destaque da obra de Mamiani: a dinâmica da comunicação, a circulação de padres entre as aldeias Kiriri e a sistematização do conhecimento oral vertido para a escrita europeia:

Além da experiência de doze anos de língua entre os Indios, nos quaes desde o primeiro anno até o presente fui de proposito notando, reparando, e perguntado não somente para entender, e fallardoutiva, mas para saber a raiz, e com fundamento; conferi com os nossos Religiosos línguas mais antigos, e examinei Indios de diversas aldeas (...)²⁵

Podemos concluir que a aprendizagem do autor passava pela capacidade de ordenar os sentidos. Primeiramente, através do olhar, para, assim, observar os gestos e o espaço no qual estava inserido. Em seguida, através da audição, do saber ouvir e conseguir interpretar o que era dito e também o que omitido. E, por fim, recriar a trama da memória do que viu e ouviu através de uma narrativa. Esse procedimento era importante para conseguir cumprir com o objetivo da publicação da obra:

(...) para os missionários novos serem ouvidos, e entendidos pelos índios, que he o fim principal, que se pretende, pois por falta dele não se declarao aos índios muitos mysterios, & muitas cousas necessárias a hum Cristão.²⁶

O catecismo foi organizado em três partes, dedicadas às orações, aos mistérios e às instruções. O jesuíta optou em organizar os ensinamentos em forma de diálogo porque era a forma mais utilizada à época e, de acordo com ele, era também a mais fácil de ser ensinada.

Mamiani ratifica que era necessário que o índio aprendesse as orações e as respostas das perguntas gerais. De acordo com ele, os outros padres não deveriam esperar que os índios aprendessem tudo, porque não era necessário, até porque, para Mamiani, eles não tinham capacidade para isso. Mas deveriam entender o processo como uma prática ordenada. Para ilustrar os ensinamentos, as explicações acerca da doutrina foram relacionadas aos elementos práticos da vida e do mundo que os cercavam e que os índios conheciam. Na passagem em que o padre explica a Santíssima Trindade, podemos observar como se dava a lógica da explicação alicerçada ao mundo que era observado pelo padre e pelos índios:

Explicarei isso como o exemplo do rio. Nasce a agua da fonte do rio, & corre formando o rio, &dahi sahe formando hua lagoa. A mesma agua he a que sahe da fonte, corre no rio, & fórma a lagoa. A fonte, o rio, & a lagoa são três lugares distintos entre si, & para a lagoa são três lugares distintos entre si, & com tudo he hua só, & a mesma agua que sahe da fonte para o rio, & para a lagoa: Assim o Padre he Deus, o Filho he Deos& em três pessoas distintas.²⁷

Nos elementos apresentados antes das normativas às quais se dedica o catecismo, são elencadas algumas características dos Kiriri. Mamiani, nas Advertências ao leitor, salienta que eles eram um povo bravo, bárbaro e que não tinha capacidade de aprendizagem. E, na Gramática, ele retoma essa discussão, ao problematizar a língua e associar seu caráter “bárbaro” à ausência de lei e de regras:

Difficultosa empresa pareceo a S. Jeronymo em hum sujeito crecido na idade aprender novas línguas com as regras, & ápices com que aprende hum mínimo da escola, como confessa em semelhante proposito na prefação sobre os Evangelhos: Peiculosa prosuplio est senis mutare linguam, & canascentem ad iniliatrahereparvulorum. Mas esta dificuldade foy generosamente vencido do nosso glorioso Patriarca S. Ignacio, que de idade de trinta e três anos começou o estudo da língua Latina entre mínimos, para se fazer instrumento da gloria de Deos na conversão das almas, & com o seu exemplo presuadio a todos os seus Filhos, & em particular aos que morão entre Gentios & Barbaros, para que não julguem estudo indigno dos anos aprender de novo línguas barbaras, quãdo são necessárias para a conversão das almas.²⁸

Mamiani constrói sua narrativa a partir de duas concepções de tempo, duas modalidades de ser no mundo: o sagrado e o profano. As duas concepções regem tanto as atividades de caráter individual, as práticas diárias de cada sujeito, quanto as coletivas da comunidade, as atividades voltadas para o bem comum do grupo. A normatização da rotina nos aldeamentos é estabelecida com o intuito de alcançar a salvação. Observa-se que durante o tempo profano há um conjunto maior de práticas particulares, constituídas pelas orações

individuais, modelos de vida seguidos a partir dos mandamentos. Contudo, a salvação não é alcançada apenas através do conjunto de atividades individuais, pois a ação praticada com o outro e para o outro também deve ser discutida e ensinada. Para Eliade:

Tal como o espaço, o Tempo também não é, para o homem religioso, nem homogêneo nem contínuo. Há, por um lado, os intervalos de Tempo sagrado, o tempo das festas (na sua maioria, festas periódicas); por outro lado, há o tempo profano, a duração temporal ordinária na qual se inscrevem os atos privados de significado religioso. Entre essas duas espécies de Tempo, existe, é claro a continuidade, mas por meio dos ritos o homem religioso pode “passar”, sem perigo, da duração temporal ordinária para o Tempo sagrado.²⁹

Já na Gramática, Mamiani³⁰ aponta outras concepções de tempo, partindo dos tempos verbais. De acordo com o autor, na língua Kiriri os verbos podem ser conjugados no presente do indicativo, no futuro do indicativo, no pretérito perfeito do indicativo, pretérito do indicativo, no gerúndio, no particípio, no imperativo e permissivo, no modo optativo e conjuntivo. Para indicar cada tempo verbal há uma série de regras apresentadas, entretanto, a conjugação só é feita na primeira pessoa do singular. Para as outras pessoas verbais, deve-se apenas mudar os artigos dos pronomes.

O tempo ordinário era rompido pelo tempo sagrado³¹ aos domingos, no primeiro dia das festas do Nascimento do Senhor, da Ressurreição, Pentecostes, as festas da Circuncisão, da Epifania, da Ascensão, do Corpus Christi, do Nascimento do Senhor, da Purificação, da Anunciação, da Assunção, como também, no dia de São Pedro e São Paulo. Ao observar essas datas destacadas pelo jesuíta podemos ter uma ideia do calendário festivo das aldeias. Além disso, mostram que tanto no domingo, como no dias santos se devia ouvir a missa³² e rezar, mas se podia também cozinhar, comer, caçar e pescar. As atividades voltadas para a alimentação eram permitidas.

O jejum também marca o tempo e pode ser incluído no conjunto de práticas que marcam a passagem dos anos e do tempo sagrado. As datas festivas remontam ao tempo litúrgico, constituem-se na antiga prática de rememorar a partir da representação ritual de determinado evento sagrado o passado mítico da fé cristã³³. A festa marca a saída da vida temporal “ordinária” e a inserção do indivíduo no tempo mítico, o que se percebe no conjunto de regras que compõem o universo festivo, passíveis de repetição. Trata-se de um tempo ontológico. Para Bakhtin:

As festividades têm sempre uma relação marcada com o tempo. Na base, encontra-se constantemente uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico. Além disso, as festividades, em todas as suas fases históricas, ligaram-se a períodos de crise, de transtorno, na vida da natureza, da sociedade e do homem. A morte e a ressurreição, a alternância e a renovação constituíram sempre os aspectos marcantes da festa. E são precisamente esses momentos – nas formas concretas das diferentes festas – que criaram o clima típico da festa.³⁴

Durante as festas de Nascimento de Cristo, a etiqueta cerimonial cristã é rememorada de forma semelhante a cada ano. Assim, a festa anual, que marca a passagem do tempo, garante o reencontro com o tempo sagrado e, nesse caso, coletivo. A respeito das procissões:

A procissão é uma oração publica feita a Deos por um commun ajuntamento de fieis disposto com certa ordem, que vai de um lugar sagrado à outro lugar sagrado e e tão antigo o uso dellas na Igreja Catholica, que alguns Autores atribuem sua origem ao tempo dos Apostolos. São actos de verdadeira Religião, e Divino culto, com os quaes reconhecemos a Deos como a Supremo Senhor de tudo, e piisimo distribuidor de todos os bens, e por isso nos sujeitamos a elle, esperando da sua Divina clemência as graças, e favores que lhe pedimos para salvação de nossas almas, remédio dos corpos, e de nossas necessidades. E como este culto seja um efficaz meio para alcançarmos de Deos o que lhe pedimos, ordenamos, e mandamos, que tão santo, e louvável costume, e o uso das Procissões se guarde em nosso Arcebispado, fazendo-se nelle as Procissões geraes, ordenadas pelo direito Canonico, leis, e Ordenações do Reino, e costume deste Arcebispado, e também as mais que Nós mandarmos fazer, observando-se em todas a ordem, e disposição necessária para perfeição, e magestade dos taes actos, assistindo-se nelles com aquella modéstia, reverencia, e religião, que requerem estas pias, e religiosas celebridades.³⁵

Infelizmente, os elementos específicos e a normatização das festas Kiriri não foram apresentados por Mamiani. Isto parece significar que a descrição dos rituais não era um objetivo para Mamiani. Possivelmente, ele entendeu que a ritualização da festa se desse somente através do visível, expresso de forma teatral, por isso não entendeu ser necessário registrá-los no “manual” que serviria de base para a comunicação entre os membros da ordem e o grupo de gentios que falavam o Kiriri.

Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, estão identificadas a procissões que ficaram a cargo dos jesuítas, como a da Santíssima Trindade e a da Terça Feira das quarenta horas. Mas o tempo sagrado era também marcado pelos sacramentos: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema unção, ordem e matrimônio.

A penitência, fundamental para o bom cristão e estabelecida tanto no Concílio de Trento, quanto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, também se faz presente no Catecismo de Mamiani. Para este sacramento, o indígena deveria utilizar sua memória, a fim de elencar os pecados praticados após ter sido batizado. No Título XXXIV das Constituições, intitulado da “Contrição, confissão, e satisfação, que se requer para o sacramento da penitencia e dos efeitos que elle causa”, são estabelecidas três regras básicas, que deviam ser cumpridas pelo penitente para alcançar a perfeita purificação dos pecados: a contrição, a confissão e, por fim, a satisfação da culpa pelo Confessor. A segunda coisa, que deve fazer o penitente é a confissão vocal e inteira de todos os seus pecados com as circunstâncias necessárias, e para que esta sua Confissão seja inteira, e verídica, deve tomar tempo bastante para examinar com diligência e cuidado a consciência antes da confissão, discorrendo pelos Mandamentos da lei de:

Deos, e da Santa Madre Igreja, e pelas obrigações de seu estado, vícios, companhias, tratos, e inclinações, que tem; vendo como peccou por pensamentos, palavras, e obras, e fazendo quanto puder por distinguir, e averiguar as espécies, e numero dos peccados. O qual exame feito, procurarão Confessor, a quem hão de dizer todos os seus peccados, e os mais que depois do exame lhe lembrarem. E requeremos a todos os nossos súbditos da parte de deos nosso Senhor, que não deixem de confessar peccado algum por pejo, e vergonha, ou temos dos Confessores, ainda que o peccado seja o mais grave, e enorme, que se póde considerar, porque são muitas as almas, que por este principio se condemnão³⁶.

Nessa passagem das Constituições é possível constatar a necessidade e a importância dada à confissão: a necessidade da consciência do ato e o arrependimento são características necessárias para a “purificação dos pecados”. No entanto, a confissão, para o cristão europeu, era algo simples de fazer, levando em consideração as normas estabelecidas tanto no Concílio, como nas Constituições. Mas como seria confessar índios que viviam nas aldeias jesuíticas e que falavam uma língua totalmente diferente daquelas conhecidas pelo colonizador ou pelo padre?

No catecismo Kiriri, a confissão era também prática obrigatória pelo menos uma vez ao ano, sob pena de excomunhão. A confissão era necessária, principalmente, quando havia iminente perigo de morte. Para o sacramento, o pecador deveria ficar de joelhos e, em seguida, rogar a Deus e contar seus “verdadeiros pecados”:

Fazer confessar o peccado para que ele receba do padre o perdão divino e saia conformado: tal foi a ambição da Igreja católica, sobretudo a partir do

momento em que tornou obrigatória a confissão privada anual e além disso exigiu dos fiéis a confissão detalhada de todos os seus pecados ‘mortais’. Ao tomar essas decisões carregadas de futuro, a Igreja romana certamente não avaliava em que engrenagem punha o dedo, nem que peso estava impondo aos fiéis, nem que avalanche de problemas decorrentes uns dos outros haveria de desencadear.³⁷

Dentre os diversos pecados, o de mentir ou esconder alguma informação do padre local era profundamente abominado. Após a confissão, era necessário pagar a penitência declarada pelo Confessor, podendo ser a prática do jejum, de dar esmola, de fazer uma oração ou de “rezar as contas”. A confissão era necessária nos dias da quaresma e, principalmente, quando havia conspícua ameaça de “depauperamento”: quando estavam doentes, quando fossem à guerra ou quando uma mulher fosse parir. Além disso, ficava expresso que seguir os costumes dos avós, isto é, não observar a conduta do bom cristão, significava ir para o inferno.³⁸

Na sua escrita o jesuíta elenca três categorias de pecado, divididas por níveis de gravidade. O primeiro seria o pecado original, com o qual todos nascem e que deveria ser remido através do batismo. É singular a explicação adotada pelo inácio para justificar o pecado original como sendo comum a todos em decorrência do ato de Adão e Eva. O elemento adotado para promover a aproximação do gentio com a prática remonta aos conflitos entre índios e portugueses da região:

M. De que modo fomos máos pelo peccado dos nossos Avós?
D. Declararei isso com hum exemplo. O principal dos Indios de Natuba cómeteohú crime antigamente contra os Brancos matando hum Capitão; então todos os Brancos se deraõ por inimigos dos dos Índios da Natuba, e de todos os Kiriris, por serem todos da mesma Nação do principal criminoso, por isso captivárão todos q poderã préder. Assim obrou Deos conosco: Peccou Adão nosso pay contra Deos e por isso Deos se deu por offendido não sómente de Adão, mas também de todos os seus descentes.³⁹

O segundo é o pecado mortal, o mais grave contra a lei de Deus. Pode ser praticado por um pensamento, uma palavra ou uma obra ruim. Está relacionado aos pecados capitais⁴⁰. Com esse pecado há a morte da alma e o praticante perde a graça de Deus, tendo como consequência seu castigo é o inferno. Por fim, o terceiro é o pecado venial o mais leve. A remissão desse pecado é feita por meio da confissão, bebendo água benta, rezando as orações diariamente e ganhando as indulgências⁴¹. Sua prática também se encontra relacionada ao pensamento, à palavra ou a alguma obra contra a lei de Deus. Um exemplo é apresentado no texto:

Eu furtei hua espiga de milho, ou hua abobora; ou me agastei levemente com o meu camarada; então fiz hum peccado leve contra a ley de Deos. Mas se eu furtei, ou gado, ou cavallo, ou dinheiro de alheyo, então fiz peccado grave contra a ley de Deos.⁴²

O perdão dos pecados poderia se dar por meio do batismo e da confissão.⁴³ O jesuíta é enfático nas proibições às práticas de feitiçaria, de adivinhação do futuro e da crença em agouros. Além disso, no catecismo encontramos também a proibição de:

Curar doentes com assopro: Curar de palavra, ou com cantigas, Pintar o doente de genipapo, para q não seja conhecido do diabo, & o não mate: Espalhar cinza á roda da casa aonde esta hum defunto, para que o diabo dahi não passe a matar outros: Botar cinza no caminho, quando se leva hum doente, para que o diabo não vá atrás dele: Esfregar huacreança com porco do mato & lavala com Alóa, para que, quando for grande, seja bom caçador, & bom bebedor: Não sahir de casa de madrugada, nem à noite, para não se topar com a bexiga no caminho: Fazer vinho, derramalo no chão, & varrer o adro da casa para correr com as bexigas.⁴⁴

Mamiani aponta várias práticas gentílicas de cura nesse relato. Segundo ele, o processo de cura ocorria por meio do assopro, da palavra, da utilização de frutas como o genipapo, de cinzas e do vinho. As formas de curar os doentes relatadas por Mamiani são semelhantes às práticas atuais dos rezadores da região⁴⁵. Uma das formas de se livrar do diabo se dava através do batismo. Após esse sacramento – e para se livrarem dos novos “pecados” cometidos –, os padres deveriam orientar os indígenas a praticarem a penitência. O jesuíta esclarece que o ritual da benção deveria ser feito para que “Deos nos livre de nossos inimigos, Mundo, Diabo e Carne”

A comunhão era prática comum na vida dos cristãos batizados. Era necessário comungar e jejuar entre o período da Quaresma e da festa de Corpus Christi. A prática do jejum era imprescindível em todas as festas da Quaresma, na vigília do Natal e da Ressurreição. Nessas datas, os gentios deveriam comer uma só vez durante o dia, mas nessa refeição não poderiam se alimentar de carne. O jejum que os índios deveriam observar consistia em não comer carne e alimentar-se uma vez ao dia. Estavam, no entanto, desobrigados nos seguintes casos:

Não peccaõ, se estão doentes; se não tem de comer bastante para poder comer o necessário; se trabalhão muito; se lhes falta peixe, ou legumes, ou outro mantimento fora da carne; se são de pouca idade, ou se são muito velhos.⁴⁶

Percebemos que não se trata apenas de ensinar a oração, mas, sobretudo, explicar a importância do ato para quem o praticasse. Nos diálogos, encontramos a seguinte pergunta “Como havemos de rezar?” e a resposta “Há muitos modos, mas sobre tudo He bom rezar o Padre nosso, porque JesuChristo ensinou esta oração aos seus discípulos. He bom também rezar a Ave Maria, ou a salve Rainha, pois assim nos ensinou a rezar a santa Igreja; para q a May de Deos interceda por nós para o seu Divino Filho”⁴⁷. Vale lembrar que após o Concílio de Trento, o culto à Virgem Mãe de Deus foi bastante divulgado, sendo que sua imagem passaria a estar presente em quase todos os templos.

Ao longo do texto, observar-se a constante preocupação de Mamiani em sistematizar a língua e mediar os mundos nos quais se encontrava inserido. Ao longo de sua narrativa, as preocupações da Companhia também se fazem presentes, tanto na Gramática como no Catecismo, na apresentação que faz da obra e nas advertências ao leitor. É, especialmente, nestes espaços que Mamiani descortina seus objetivos e explicita a importância de seu estudo e as limitações do seu método de aprendizagem. Já no corpo do Catecismo, fica evidenciada a preocupação do padre em aproximar o mundo cristão, no qual seus ensinamentos se encontravam embasados, com o mundo do índio. Uma preocupação que se expressa no método pautado nos sentidos da visão e da audição que emprega e que aponta para a mediação cultural que tentou realizar.

Referências

ALMEIDA, Maria Celestino de *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *DELTA*, Vol. 21. 2005. p. 121- 146.

BURKE, Peter. *A arte da conversão*. Tradução Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. Coleção tempos. Tradução Mary del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994.

CUNHA, Xavier da. 1840-1920 *Impressõesdeslandesianas: divulgaçõesbibliographicas*. Lisboa: ImprensaNacional, [1895], (1896). - 2 v. <http://purl.pt/254>

DAHER, Andrea. *A oralidade perdida*. Ensaios de história das práticas letradas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- DANTAS, Beatriz Góis. *Missão Indígena no Geru*. Aracaju: UFS, 1973.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877[1699].
- _____. *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698].
- MECENAS-SANTOS, Ane Luíse Silva. “*Conquistas da fé na gentildade brasílica*”: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758), Dissertação de Mestrado: UFPB, 2011.
- _____. “O remédio das almas dos gentios”: a catequese jesuítica em Sergipe na epístola de Toloza. Soares, Azemar dos Santos. *Retalhos de história: culturas políticas e educação no nordeste do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, p. 11-38
- _____. Palavras para conhecer e converter: os escritos do padre Mamiani utilizados na catequese dos índios Kiriri no século XVII, Díaz, José María Hernández. *Formación de élites y Educación Superior en Iberoamérica (SS. XVI-XXI)*. Salamanca: Hergar Ediciones Antema, 2012, p. 135-146.
- _____. Para maior glória de Deus e da ordem: a catequese jesuítica a partir do método do Padre Mamiani. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro; Santos, Claudefranklin, *Temas de história e educação católica em Sergipe*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 47-75.
- POMPA, Cristina. Conversões indígenas. Poder simbólico e razão prática no sertão colonial. In.: AGNOLIN, Adone (org.) *Contextos Missionários*. Religião e Poder no Império Português. São Paulo: HUCITEC Editora; São Paulo: FAPESP, 2011.
- _____. Por uma antropologia histórica das missões. IN.: MONTEIRO, Paula. *Deus na aldeia*. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo, Editora Globo, 2006.
- LIMA, Ivana Stolze. Na Bahia, a arte da língua de Angola. Comunidades linguísticas no mundo Atlântico. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 2013, p. 1-13. Consultado em 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346755_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf
- RAMINELI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008.

VALLE, Ivonne del. *Escrebendo desde los márgenes: colonialismo y jesuítas en el siglo XVII*. México: Siglo XXI, 2009.

¹Diretora do Museu Galdino Bicho e da Pinacoteca Jordão de Oliveira. Professora da Universidade Tiradentes e da Rede Pública do Estado de Sergipe. Doutoranda em História na UNISINOS. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora dos grupos de pesquisa do diretório do CNPq, “Jesuítas nas Américas”, “Culturas, Identidades e Religiosidades” e “Arte, Cultura e Sociedade no Mundo Ibérico” (séculos XVI a XIX).E-mail: anemecenas@yahoo.com.br

²HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

³RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassallos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008. p. 32

⁴CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. Coleção tempos. Tradução Mary del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 13.

⁵Dos quais podemos destacar: *Arte da Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasi*, do padre Jose de Anchieta, 1595; *Arte da Grammatica da lingua brasílica*, do padre Luiz Figueira, 1687; *Diccionario da língua geral do Brazil*, sem data definida; *Caderno de vocábulos da língua geral, muito necessário para com brevidade se aprender, feyto no anno de MDCCL*; *Diccionario dos vocábulos mais uzuaes para a inteligência da dita language*; *Diccionario da Lingua geral do Brasil que se falla em todas as Villa, lugares e aldeias deste Vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará. Anno de 1771*; *Diccionarioportuguez, e brasiliiano, obra necessária aos ministros do altar(...) 1795*.

⁶DAHER, Andrea. *A oralidade perdida*. Ensaio de história das práticas letradas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.46

⁷POMPA, Cristina. Por uma antropologia histórica das missões. IN.: MONTEIRO, Paula. *Deus na aldeia*. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo, Editora Globo, 2006. p.112

⁸Os caminhos do sertão já eram empreendidos pelos criadores de gado desde o século XVI, contudo esse projeto de governo passou a ser intensificado após a Restauração pernambucana.

⁹*Documentos Históricos*. Consultas do Conselho Ultramarino. Bahia. 1683-1685. Vol. LXXXIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, p. 60.

¹⁰Termo encontrado na documentação do Arquivo Ultramarino e se refere ao caminho da Bahia, passando pela Capitania de Sergipe até chegar ao Rio São Francisco.

¹¹DANTAS, Beatriz Góis. *Missão Indígena no Geru*. Aracaju: UFS, 1973, p. 2.

¹²ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.32.

¹³MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da LinguaBrasilica da naçamKiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877.

¹⁴MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698].

¹⁵BÜRKE, Peter. *A arte da conversação*. Tradução Álvaro Luiz Hattmher. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 29.

¹⁶LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, p. 351-353.

¹⁷CUNHA, Xavier da, 1840-1920 *Impressõesdeslandesianas: divulgaçõesbibliographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1895], (1896). - 2 v. Disponível em <http://purl.pt/254> Consultado em 20 de fevereiro de 2014.

¹⁸BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *DELTA*, Vol. 21. 2005. p. 123.

¹⁹MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da LinguaBrasilica da naçamKiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877, p.5.

²⁰MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da LinguaBrasilica da naçamKiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877, p.9.

²¹No ano de 2006, a Biblioteca Nacional organizou a publicação fasc-similar do livro.

²²LIMA, Ivana Stolze. Na Bahia, a arte da língua de Angola. Comunidades linguísticas no mundo Atlântico. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 2013, p. 1-13. Consultado em 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346755_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf

- ²³ VALLE, Ivonne del. *Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuítas en el siglo XVII*. México: Siglo XXI, 2009. p.47.
- ²⁴ MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698].
- ²⁵ MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698].
- ²⁶ MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698].
- ²⁷ MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698], p. 43-44.
- ²⁸ MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da LinguaBrasilica da naçamKiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877, p. IV.
- ²⁹ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63.
- ³⁰ MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da LinguaBrasilica da naçamKiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877, p.35.
- ³¹ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ³² Realizar missas pela manhã era também o que estava estabelecido nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia celebrado no dia 12 de junho de 1707, no Título IV Em que tempo, hora, e lugar se deve dizer a Missa, artigo 336, “Prohibe o Sagrado Concilio Tridentino, que os Sacerdotes digão Missa fora das horas devidas, e competentes, as quaes conforme o costume universal da Igreja, e Rubricas do Missal Romano, são desde que rompe a alva até o meio dia” (VIDE, 2007, p.137).
- ³³ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 64.
- ³⁴ BAKHTIN, Mikahail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 8.
- ³⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p 191.
- ³⁶ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 57.
- ³⁷ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 11.
- ³⁸ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 157.
- ³⁹ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 140-141.
- ⁴⁰ São sete pecados: soberba, avareza, luxuria, ira, gula, inveja e preguiça (MAMIANI, 1942, p. 12). Devem ser combatidos pelas virtudes contrárias: humildade, liberdade, castidade, paciência, temperança, caridade e diligências as coisas de Deus. (MAMIANI, p. 12-13)
- ⁴¹ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 146.
- ⁴² MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 145.
- ⁴³ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 78.
- ⁴⁴ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p.
- ⁴⁵ Conforme pode ser observado no artigo de SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Antes do por do sol: mística nas rezadeiras de Itabaiana. In: Caminhos. Goiânia. v. 8, n. 2, jul-dez 2010. p. 79-91.
- ⁴⁶ _____ (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p.106.
- ⁴⁷ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p.